

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 128/2009 CONVITE Nº 045/2009

1 - REGÊNCIA LEGAL: Esta licitação obedecerá, as disposições da Lei Municipal 2.593/05, Decreto Municipal 7.583, Lei Estadual nº 9.433/05, normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93, suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e ao estabelecido neste Edital.

2 - MODALIDADE: Convite.

3 - REPARTIÇÃO INTERESSADA: Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa.

4 - TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global.

5 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

5.1 - Data: 30 de junho de 2009.

5.2 - Horário: 09h00

5.3 - Local: Salão de Licitações, na Av. Sampaio, nº 344, Centro, Feira de Santana – Bahia.

6 - OBJETO: Aquisição com instalação de equipamentos de comunicação para viabilizar o Projeto da Cidade Digital – Internet Banda Larga.

7 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

7.1 - Poderão participar da licitação os interessados do ramo pertinente ao objeto aqui mencionado, escolhidos e convidados pela unidade administrativa, podendo ser estendido aos não convidados, desde que cadastrados e que manifestem interesse.

8 - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:

8.1 - Credenciamento

8.1.1 - Instaurada a sessão de abertura das propostas, as licitantes apresentarão ao presidente da Comissão Permanente de Licitação suas credenciais. A credencial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, separado dos envelopes de documentação e proposta, com identificação de representante (nome, número da identidade e CPF) e autorização para a prática dos atos necessários e inerentes ao procedimento licitatório, cujo documento de credenciamento passará a fazer parte integrante do processo. As microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar também declaração de que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida lei, bem como que, inexistem fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento desta situação. A declaração deverá está assinada pelo representante legal da empresa e pelo seu contador. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de setembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

8.1.2 - Quando o licitante se fizer representar por sócio, deverá este apresentar fotocópias autenticadas do contrato social e eventuais alterações, estatuto ou ato de investidura, comprovando tal condições, e, em não estando as cópias devidamente autenticadas, deverão ser apresentados os respectivos originais para conferência e autenticação pela própria CPL, passando as cópias apresentadas a integrem o processo e, portanto, não serão devolvidas.

8.1.3 - Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.

8.2 - Da proposta de preços e documentação de habilitação

8.2.1 - A documentação e a proposta deverão ser entregues no local determinado neste edital, no dia e horário determinados para a licitação, em envelopes, separados e lacrados, contendo nas partes externas, além do nome da empresa, os seguintes dizeres:

8.2.1.1- ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS – CONVITE Nº 045/2009 - LICITAÇÃO Nº 128/2009
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO - CONVITE Nº 045/2009 - LICITAÇÃO Nº 128/2009

8.2.2 - Após o Presidente da Comissão Permanente de Licitação dar início aos trabalhos, não será recebida proposta de empresa retardatária, e, em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação de complementação da documentação exigida neste edital, nem admitida qualquer retificação ou modificações das condições ofertadas.

8.3 - Da proposta

8.3.1 - O envelope nº 01 - Deverá conter:

- a) A proposta, que será entregue, obrigatoriamente, em original, datilografada ou digitada, constando preços, expressos na moeda nacional, com valores unitários, conforme **ANEXO I** que integra o presente edital;
 - a.1) A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, borrões e/ou entrelinhas.
 - a.2) Deverá a licitante fazer constar a sua razão social e endereço, assim como indicar CNPJ no **Anexo II**, além de fazer constar a assinatura do seu representante legal, sócio ou procurador investido de poderes para tal fim, no local próprio.

b) Carta-proposta, conforme modelo constante no **ANEXO II**;

8.3.1.1 - Para a correta elaboração da proposta, deverá a licitante examinar atentamente todos os itens e exigências contidas no presente edital.

8.3.2 - Não poderão os licitantes suprir omissões ou corrigir dados técnicos ou econômicos após a entrega das propostas, salvo erro de conta ou equívocos irrelevantes para o julgamento - estes últimos no ato da leitura de preços, cuja confirmação deverá ser consignada em ata.

8.3.3 - O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contado da sua abertura.

8.3.4 - As propostas deverão obedecer, rigorosamente, aos termos do presente edital, sendo, automaticamente, desclassificadas aquelas que apresentarem objeto diferente daquele constante do **ANEXO I**, ou que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento convocatório.

8.3.5 - A proposta cujo prazo de validade estiver vencido, será considerado prorrogado por 30 (trinta) dias, se consultada a respeito a proponente, no prazo de 03 (três) dias úteis, manifestar interesse na referida prorrogação.

8.3.6 - Não havendo registro de protesto ou impugnação e desde que haja declaração expressa consignada em ata de renúncia a recurso ou a apresentação do termo de

renúncia de todos os participantes, a Comissão prosseguirá no andamento dos trabalhos, procedendo à devolução dos envelopes fechados aos concorrentes desclassificados, contendo a respectiva documentação de habilitação, e procedendo à abertura dos envelopes "02" – HABILITAÇÃO - das empresas classificadas com os três menores preços.

8.3.7 - A empresa que deixar de apresentar a documentação de Habilitação exigida será inabilitada.

8.4 - Documentação

8.4.1 - O envelope nº 02 “documentação” deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação automática, os seguintes documentos, apresentados em original ou em fotocópias devidamente autenticadas e atualizados:

- a) CRC - Certidão de Registro Cadastral do Município de Feira de Santana ou do Estado da Bahia, dispensado aos licitantes convidados;
- b) Declaração expressa da empresa, de que a mesma é idônea para licitar e contratar com a Administração Pública;
- c) Prova de regularidade relativo à Seguridade Social (**INSS**) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Cartão de inscrição no CNPJ;
- e) Contrato Social ou documento equivalente, comprovando que a licitante é do ramo pertinente ao objeto da licitação.
- f) Atestado de visitação aos locais de instalação do objeto proposto neste Edital, emitido pela Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa, Tel.: (75) 3614-8410, até 02 (dois) dias úteis antes do certame licitatório.

8.4.2 - Os documentos pertinentes à habilitação devem ser apresentados em cópias autenticadas, dispensada a autenticação, quando exibido o original, para conferência pela **CPL**, no ato do recebimento.

8.4.3 - Apreciada a documentação de habilitação, a **CPL** proferirá o respectivo julgamento.

9 - PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO:

9.1 - A sessão de abertura das propostas terá início no dia, hora e local designados no item 5 do Edital, devendo o representante da licitante efetuar o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.

9.2 - Concluída a fase de credenciamento, os licitantes entregarão o Envelope 01 - Propostas de Preços e o Envelope 02 – Habilitação.

9.3 - Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe a desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.

9.4 - A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pela comissão ou servidor responsável.

9.5 - Todos os documentos contidos nos envelopes serão apresentados aos proponentes presentes e rubricados folha a folha pelos seus representantes legais e pelos membros da Comissão julgadora, não implicando a rubrica aposta em reconhecimento da validade de seu conteúdo, mas tão somente, de sua existência material.

9.6 - O presidente da comissão fará, primeiramente, a abertura dos Envelopes 01 – Proposta de Preços, e verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e

especificações do instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

9.7 - A Comissão julgará e classificará as propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do ato convocatório.

9.8 - Se houver recurso, permanecerão fechados os envelopes de Habilitação, sendo devidamente rubricados por todos os presentes, para serem, posteriormente recolhidos e guardados em poder da Comissão, até a designação de nova data para a abertura.

9.9 - Se houver declaração expressa consignada em ata de renúncia a recurso ou a apresentação do termo de renúncia de todos os participantes, a Comissão prosseguirá no andamento dos trabalhos, procedendo à devolução dos envelopes fechados aos concorrentes desclassificados, contendo a respectiva documentação de habilitação, e procedendo à abertura dos envelopes "02" – HABILITAÇÃO - das empresas classificadas com os três menores preços.

9.10 - A empresa que deixar de apresentar a documentação de Habilitação exigida será inabilitada.

9.11 - Se a participante do certame for ME ou EPP, devidamente comprovado, a documentação de regularidade fiscal poderá ser regularizada após ser declarada vencedora, ou seja, para homologação e posterior contratação, conforme estabelece a lei complementar 123/2006.

9.12 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 04 (quatro) dias úteis, contados da data da homologação do certame, promover a sua regularização, com a apresentação dos documentos exigidos no edital.

9.13 - A Comissão deliberará sobre a habilitação dos três primeiros classificados, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.

9.14 - Transcorrido o prazo de interposição de recurso ou após desistência ou renúncia do mesmo, por parte das licitantes, ou ainda, após o julgamento dos recursos interpostos contra a decisão sobre a fase de habilitação, a CPL procederá o julgamento e classificação final, emitindo parecer circunstanciado.

10 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço Global

10.1 - Critério: Será considerada vencedora a licitante que apresentar menor preço global, atendendo assim, ao critério do "menor preço", fazendo-se a classificação dos demais em ordem crescente dos valores propostos.

10.2 - As propostas das licitantes habilitados serão analisadas, avaliadas e classificadas pela ordem crescente dos valores ofertados, adjudicando o objeto para o licitante classificado em 1º lugar, pelo critério do menor preço.

10.3 - A CPL fará a conferência dos valores ofertados e desclassificará qualquer proposta que contiver preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou que sejam considerados inaceitáveis e incompatíveis.

10.4 - Serão desclassificadas, também, as propostas manifestamente inexecutáveis, em consonância com o quanto contido no art. 97 da Lei nº 9.433 de 01 de março de 2005.

10.5 - Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas na primeira classificação, depois de obedecido o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e observado o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Estadual nº 9.433/05 a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados.

10.6 - O referido sorteio, realizar-se-á, independentemente do comparecimento dos proponentes, circunstância esta que será devidamente registrada em ata correspondente.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

11.1 - Decorridos os prazos legais a **CPL**, após julgamento, adjudicará o objeto ao licitante vendedor classificado em 1º lugar, encaminhado relatório para a autoridade competente, para fins de homologação.

11.2 - Em havendo a homologação do procedimento licitatório pela autoridade superior, o adjudicatário da presente licitação será convocado para prestar o objeto.

11.2.1 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado, a critério da Administração, apenas uma vez e por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, desde que provada a relevância do pedido.

11.2.2 - É facultado à Administração, quando o licitante vencedor do certame, em sendo convocado, não assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação.

11.3 - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se as penalidades previstas na legislação.

11.4 - Decorrido 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, em consonância com o quanto contido no art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93.

12 - RECEBIMENTO DO OBJETO:

12.1 - O recebimento do objeto licitado e afinal contratado será procedido com observância e disposição do art. 161 da Lei Estadual 9.433/05.

13 - DO PAGAMENTO:

13.1 - O pagamento será de até 10 (dez) dias após o atesto da execução do serviço.

14 - DO REAJUSTAMENTO:

14.1 - No caso de reajustamento, serão sempre observadas as instruções governamentais pertinentes e aplicáveis.

15 - DA DOTAÇÃO:

15.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição serão por conta da dotação orçamentária para a **FUNDAÇÃO CULTURAL MUNICIPAL EGBERTO TAVARES COSTA – ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52 – ATIVIDADE: 2047 - FONTE 00.**

16 - DAS PENALIDADES E RESCISÃO:

16.1 - Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

16.2 - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

16.2.1 - A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

16.2.2 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

16.2.3 - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

16.2.4 - Não tendo sido prestada garantia à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

16.2.5 - As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.3 - Será advertido verbalmente, pelo presidente da comissão, o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

16.4 - Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei 9.433/05.

16.5 - Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei 9.433/05.

16.6 - Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

17 - REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO:

17.1 - A revogação da licitação somente poderá se dar por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

17.2 - O desfazimento do processo licitatório (revogação ou anulação) só pode se dar mediante o contraditório e a ampla defesa.

18 - RECURSOS:

18.1 - O regramento dos recursos observará o disposto no Capítulo XII da Lei Estadual nº 9.433/05.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 - Os encargos de natureza tributária, social e para fiscal são de exclusiva responsabilidade da contratada.

19.2 - As informações e esclarecimentos necessários serão prestadas pela Divisão de Licitações, Contratos e Compras diariamente, no horário das 9h às 12h e das 14h até às 17h, através do telefone (075) 3602-8345.

19.3 - Integra o presente edital para todos os efeitos de direito apenas os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Especificações Técnicas e Proposta de Preços;
- c) Anexo II – Modelo da Carta-Proposta;
- d) Anexo III – Orçamento da Administração.
- e) Anexo IV – Minuta do Contrato

19.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, que se valerá dos dispositivos legais inerentes a licitação e os seus princípios.

Feira de Santana, 16 de junho de 2009.

RAILDO SANTOS LEAL
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Feira de Santana

Licitação nº 128/2009 – Convite nº 045/2009

O Edital da licitação acima mencionada foi devidamente analisado e aprovado com observância às exigências legais constantes da Lei Estadual 9.433/2005.

Feira de Santana, ____/____/____

José Jorge Assad
OAB: 5111/BA
Procurador Designado

ANEXO I
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
e
PROPOSTA DE PREÇOS

Aquisição com instalação de equipamentos de comunicação para viabilizar o Projeto da Cidade Digital – Internet Banda Larga

EQUIPAMENTOS

Rádios de Comunicação

Item	Especificação	Qtde	Valor unitário	Valor total
01	<p>RÁDIO PONTO MULTIPONTO – RÁDIO BASE</p> <p>O equipamento deverá se comunicar com Estações Remotas da solução;</p> <p>Deverá suportar no mínimo a transmissão a uma taxa líquida de 32Mbps por setor podendo utilizar setores sobrepostos.</p> <p>Deverá cada unidade base suportar ate 500 unidades remotas.</p> <p>Deverá possuir alta capacidade de operar enlaces sem visada direta (NLOS);</p> <p>Deverá operar em toda a faixa de freqüência de 5.4Ghz ou 5.8Ghz de acordo com resolução 365 da Anatel. . Mesmo durante a comutação RF.</p> <p>Deverá reter a configuração mesmo após desligamento, “reset” ou falha na alimentação;</p> <p>Deverá operar com apenas uma antena comum à transmissão e recepção por setor;</p> <p>Deverá possuir interface Ethernet 100Base-T Full-Duplex;</p> <p>Deverá ter suporte a aplicações em tempo real “ RTP/RTCP” (por ex. Video);</p> <p>Deverá possuir fonte de alimentação bivolt automática (110/220V);</p> <p>Deverá apresentar um MTBF maior ou igual há 10 anos;</p> <p>Deverá permitir operação com antenas painéis setoriais externas de 60,90 ou 120º. ;</p> <p>O equipamento deverá atender sua especificação de desempenho sem qualquer prejuízo de suas funções, entre as seguintes condições de temperatura e umidade, respectivamente: 0 a 55 C°, 10 a 95 %;</p> <p>Os equipamentos de rádio deverão apresentar dispositivos(s) de proteção contra descargas elétricas atmosféricas, embutidos ou externos.;</p> <p>A lista de materiais para instalação da Estação de Rádio Base deverá incluir os cabos referentes à alimentação;</p> <p>A lista de materiais para instalação da Estação de Rádio Base deverá incluir as ferragens para a fixação dos rádios outdoor, das antenas e as barras de fixação de azimute, quando aplicável;</p> <p>A lista de materiais para instalação da Estação de Rádio Base deverá incluir os cabos e conectores referentes à interligação entre as unidades indoor e a outdoor do rádio, quando aplicável, bem como os cabos e conectores necessários para a interligação da unidade outdoor com a antena, quando aplicável.</p>	01		

	<p>O equipamento deverá suportar os Padrões IEEE 802.1q e IEEE 802.1p;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte de MPLS;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos FTP e TFTP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos SMTP e HTTP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte do protocolo SNMP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte os protocolos UDP e TCP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o tráfego DHCP;</p> <p>O equipamento deverá possuir mecanismos de proteção de acesso a console e/ou TELNET através de senhas;</p> <p>O equipamento deverá possuir software que permite a configuração e manutenção do equipamento localmente e remotamente;</p> <p>A Estação de Rádio Base deverá tratar de forma automática e dinâmica a Modulação do Sistema e a Potência de transmissão para cada estação remota, objetivando a maximização do desempenho do sistema;</p> <p>O consumo máximo de cada Rádio deverá ser menor que 35W;</p> <p>O equipamento deverá possuir ferramenta para realizar varredura e análise do espectro.</p> <p>O equipamento deverá suportar <i>download</i> da configuração de um TFTP Server.</p> <p>O equipamento deverá possuir espaçamento de canais de 10Mhz e 20Mhz.</p> <p>O equipamento deverá possuir controle para limitação de multicast e broadcast Embutido ou utilizando equipamento externo.</p> <p>O equipamento deverá possuir configuração/limitação de modulação multicast específica.</p> <p>O equipamento deverá possibilitar o recebimento de IP via DHCP ou, IP fixo .</p> <p>Capacidade de operar com VLAN específica para gerência.</p> <p>Priorização de tráfego por DSCP e IP Precedence integrada ou com equipamento externo.</p> <p>Criptografia AES.</p> <p>O equipamento deverá possuir, no mínimo, três níveis de acessos diferentes para gerenciamento.</p> <p>Cada setor deverá ter a capacidade de processamento não inferior a 40.000 pps (pacotes por segundo), podendo ser utilizada a soma de processamento dos setores sobrepostos.</p> <p>Permitir atualizações do equipamento através de software.</p> <p>Possuir certificado de ISO-9001.</p>			
02	<p>EQUIPAMENTO DE TRANSMISSÃO PARA ENLACE AÉREO – PONTO MULTIPONTO</p> <p>Deverá ser compatível com a Estação Radio Base descrita nesta especificação;</p> <p>Deverá suportar taxa de dados de no mínimo 6 Mbps data rate;</p> <p>Deverá permitir atualização de taxa de dados de ate 54 Mbps data rate;</p> <p>Deverá possuir uma interface Ethernet 10/100 Base T Full Duplex, com</p>	04		

<p>conector RJ-45;</p> <p>Deverá reter a configuração mesmo após desligamento, “reset” ou falha na alimentação;</p> <p>Deverá operar com apenas uma única antena para transmissão e recepção;</p> <p>Deverá operar em toda a faixa de frequência de 5.4Ghz ou 5.8Ghz de acordo com resolução 365 da Anatel. . Mesmo durante a comutação RF.</p> <p>Deverá ter suporte a aplicações em tempo real “ RTP/RTCP” (por ex. Video);</p> <p>Deverá possuir fonte de alimentação bivolt automática (110/220V);</p> <p>Deverá apresentar um MTBF maior ou igual há 10 anos;</p> <p>O equipamento <i>indoor</i> (se aplicável) deverá atender sua respectiva especificação de desempenho sem qualquer prejuízo de suas funções, entre as seguintes condições de temperatura e umidade: 0° a 40° C, 10 a 95 %;</p> <p>O equipamento <i>outdoor</i> (se aplicável) deverá atender sua respectiva especificação de desempenho sem qualquer prejuízo de suas funções, entre as seguintes condições de temperatura e umidade: -20° a 55° C, 10 a 95 %;</p> <p>Deverá ser totalmente transparente a qualquer protocolo (por ex.: IP, TCP, UDP, SMTP, TELNET, SNMP, HTTP, FTP, TFTP, etc.);</p> <p>O equipamento deverá operar com o EIRP Máximo permitido pela ANATEL com antena direcional.</p> <p>Os equipamentos de rádio deverão apresentar dispositivos(s) de proteção contra descargas elétricas atmosféricas, embutidos ou externos. ;</p> <p>A lista de materiais para instalação do equipamento deverá incluir os cabos referentes à alimentação dos equipamentos e materiais para aterramento;</p> <p>A lista de materiais para instalação do equipamento deverá incluir as ferragens para a fixação do rádio outdoor e das antenas, quando aplicável;</p> <p>A lista de materiais para instalação do equipamento deverá incluir os cabos e conectores referentes à interligação entre as unidades indoor e a outdoor do rádio, quando aplicável, bem como os cabos e conectores necessários para a interligação da unidade outdoor com a antena, quando aplicável.</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte do Padrão IEEE 802.1q e IEEE 802.1p;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos FTP e TFTP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos SMTP e HTTP</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte do protocolo SNTP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos UDP e TCP;</p> <p>O equipamento deverá ter consumo máximo de 35W;</p> <p>A unidade remota deverá permitir configuração da taxa máxima de transmissão de pacotes (MIR) e garantia de banda mínima (CIR) por Terminal, e por sentido (“<i>upstream</i>” e “<i>downstream</i>”), , integrado ou utilizando equipamento externo.</p> <p>O equipamento deverá permitir priorização de pacotes baseado no padrão IEEE 802.1p;</p> <p>O equipamento deverá possuir capacidade de envio de SNMP traps;</p>			
---	--	--	--

	<p>O equipamento deverá possuir no mínimo 6 tipos de modulação diferentes;</p> <p>O equipamento deverá suportar download da configuração de um TFTP Server.</p> <p>O equipamento deverá possuir espaçamento de canais de 10Mhz e 20Mhz.</p> <p>O equipamento deverá possuir controle para limitação de multicast e broadcast Embutido ou utilizando equipamento externo.</p> <p>O equipamento deverá possibilitar o recebimento de IP via DHCP ou IP fixo</p> <p>Criptografia AES.</p> <p>O equipamento deverá possuir, no mínimo, três níveis de acessos diferentes para gerenciamento.</p> <p>Indicadores: Barra de Display LED ou audível para apontamento.</p> <p>Deverá possuir certificado de ISO-9001.</p>			
03	<p>RÁDIO PONTO A PONTO</p> <p>Faixa de Frequência: 5725 a 5850 GHz;</p> <p>Largura de Canal: 10,20 e 40 MHz;</p> <p>Método de Acesso: TDD;</p> <p>O equipamento devesa operar com o maximo de EIRP permitido pela ANATEL.</p> <p>Tecnologia de Transmissão: OFDM;</p> <p>Modulação: BPSK, QSPK, 16 QAM, 64QAM;</p> <p>Opção de Modulação Adaptativa;</p> <p>Taxa de Dados: 108 Mbps;</p> <p>Interface de Radio: Conector Tipo N Fêmea 50 Ohms;</p> <p>Criptografia: WEP 128 bits e AES 128 bits;</p> <p>Analizador de Espectro;</p> <p>Throughput mínimo: 60 Mbps por link com largura de canal de 40MHz;</p> <p>Protetor de Surto integrado ou externo;</p> <p>Equipamento outdoor que atenda a norma IP67.;</p> <p>Métodos de Segurança: Controle de MAC, Filtro IP para Gerenciamento;</p> <p>Alimentação Elétrica: 110/220 v;</p> <p>Temperatura de Operação: IDU: 0° a 40°C, ODU -40°C a 55°C;</p> <p>Umidade de Operação: 5 a 95% não condensada;</p> <p>Sistema de Gerenciamento baseado SNMP com software proprietário e telnet;</p> <p>Priorização de trafego por DSCP, Procedência de IP, Porta UDP ou TCP;</p> <p>Suporte a VLAN baseado no IEEE 802.1q;</p> <p>Possibilidade de Upgrade de software via FTP e TFTP;</p> <p>Upload/Download de configuração via FTP e TFTP;</p> <p>DHCP Cliente;</p>	02		

	Possibilidade configuração automática de Canais; Possibilidade de configuração de VLAN; Conector de RF Tipo N; O equipamento deverá possuir controle para limitação de multicast e broadcast Embutido ou utilizando equipamento externo. O equipamento deverá possuir configuração/limitação de modulação multicast específica.			
TOTAL				

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: 10 (dez) dias.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será de até 10 (dez) dias após o atesto da execução do serviço.

Nos preços devem estar embutidos todos os custos diretos e indiretos para a aquisição do objeto.

- Se o material não corresponder ao que foi aprovado pelos gestores será devolvido.
- Todos os equipamentos deverão ser entregues já instalados nos locais especificados pela PMFS, configurados e prontos para funcionar interligando as unidades de saúde e a sede da PMFS, por pessoal especializado e certificado pelo fabricante dos equipamentos;
- Os equipamentos devem ter garantia de 01 (um) ano on-site.

Os referidos equipamentos serão instalados nos seguintes locais:

- Sede da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, na Avenida Getúlio Vargas;
- Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana, na Avenida João Durval Carneiro;
- PSF do Conjunto Fraternidade, na Rua do Telégrafo s/n no Bairro Fraternidade;
- Farmácia da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, na Rua Rio Pajeu, nº. 10, Bairro Capuchinhos;
- Policlínica Osvaldo Monteiro Pirajá – Tomba, Rua Corijá s/n, Bairro Tomba.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**ANEXO II****MODELO DA CARTA-PROPOSTA**

FEIRA DE SANTANA _____ DE _____ DE _____

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 128/2009

CONVITE Nº 045/2009

OBJETO: Aquisição com instalação de equipamentos de comunicação para viabilizar o Projeto da Cidade Digital – Internet Banda Larga.

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL NO CASO DE ASSINATURA DO CONTRATO:**NOME:****RG:****CPF:****TELEFONE:**

Atendendo ao aviso do Edital, apresentamos a nossa proposta para a execução dos serviços objeto da licitação referenciada.

O nosso preço total foi elaborado de acordo com as prescrições do Edital.

Manteremos válida esta proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

O prazo para execução dos serviços será de até 10 (dez) dias.

Declaramos expressamente que:

- A- Concordamos integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da licitação expressas no aviso do edital e anexos.
- B- Temos pleno conhecimento das condições de execução dos trabalhos e utilizaremos equipe técnica e administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços comprometendo-nos, desde já, a substituir os profissionais, desde que assim o exija a fiscalização.
- C- Na execução dos serviços observaremos, rigorosamente, as especificações, bem como as recomendações e instruções da fiscalização, assumindo, desde já, integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações e padrões dessa Prefeitura.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

OBS: Este modelo deve ser apresentado em papel timbrado da licitante.

ANEXO III
ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO
EQUIPAMENTOS

Rádios de Comunicação

Item	Especificação	Qtde	Valor unitário	Valor total
01	<p>RÁDIO PONTO MULTIPONTO – RÁDIO BASE</p> <p>O equipamento deverá se comunicar com Estações Remotas da solução;</p> <p>Deverá suportar no mínimo a transmissão a uma taxa líquida de 32Mbps por setor podendo utilizar setores sobrepostos.</p> <p>Deverá cada unidade base suportar ate 500 unidades remotas.</p> <p>Deverá possuir alta capacidade de operar enlaces sem visada direta (NLOS);</p> <p>Deverá operar em toda a faixa de freqüência de 5.4Ghz ou 5.8Ghz de acordo com resolução 365 da Anatel. . Mesmo durante a comutação RF.</p> <p>Deverá reter a configuração mesmo após desligamento, “reset” ou falha na alimentação;</p> <p>Deverá operar com apenas uma antena comum à transmissão e recepção por setor;</p> <p>Deverá possuir interface Ethernet 100Base-T Full-Duplex;</p> <p>Deverá ter suporte a aplicações em tempo real “ RTP/RTCP” (por ex. Video);</p> <p>Deverá possuir fonte de alimentação bivolt automática (110/220V);</p> <p>Deverá apresentar um MTBF maior ou igual há 10 anos;</p> <p>Deverá permitir operação com antenas painéis setoriais externas de 60,90 ou 120º. ;</p> <p>O equipamento deverá atender sua especificação de desempenho sem qualquer prejuízo de suas funções, entre as seguintes condições de temperatura e umidade, respectivamente: 0 a 55 C°, 10 a 95 %;</p> <p>Os equipamentos de rádio deverão apresentar dispositivos(s) de proteção contra descargas elétricas atmosféricas, embutidos ou externos.;</p> <p>A lista de materiais para instalação da Estação de Rádio Base deverá incluir os cabos referentes à alimentação;</p> <p>A lista de materiais para instalação da Estação de Rádio Base deverá incluir as ferragens para a fixação dos rádios outdoor, das antenas e as barras de fixação de azimute, quando aplicável;</p> <p>A lista de materiais para instalação da Estação de Rádio Base deverá incluir os cabos e conectores referentes à interligação entre as unidades indoor e a outdoor do rádio, quando aplicável, bem como os cabos e conectores necessários para a interligação da unidade outdoor com a antena, quando aplicável.</p> <p>O equipamento deverá suportar os Padrões IEEE 802.1q e IEEE 802.1p;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte de MPLS;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos FTP e TFTP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos SMTP e HTTP;</p>	01	16.500,00	16.500,00

	<p>O equipamento deverá permitir o transporte do protocolo SNTP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte os protocolos UDP e TCP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o tráfego DHCP;</p> <p>O equipamento deverá possuir mecanismos de proteção de acesso a console e/ou TELNET através de senhas;</p> <p>O equipamento deverá possuir software que permite a configuração e manutenção do equipamento localmente e remotamente;</p> <p>A Estação de Rádio Base deverá tratar de forma automática e dinâmica a Modulação do Sistema e a Potência de transmissão para cada estação remota, objetivando a maximização do desempenho do sistema;</p> <p>O consumo máximo de cada Rádio deverá ser menor que 35W;</p> <p>O equipamento deverá possuir ferramenta para realizar varredura e análise do espectro.</p> <p>O equipamento deverá suportar <i>download</i> da configuração de um TFTP Server.</p> <p>O equipamento deverá possuir espaçamento de canais de 10Mhz e 20Mhz.</p> <p>O equipamento deverá possuir controle para limitação de multicast e broadcast Embutido ou utilizando equipamento externo.</p> <p>O equipamento deverá possuir configuração/limitação de modulação multicast específica.</p> <p>O equipamento deverá possibilitar o recebimento de IP via DHCP ou, IP fixo .</p> <p>Capacidade de operar com VLAN específica para gerência.</p> <p>Priorização de tráfego por DSCP e IP Precedence integrada ou com equipamento externo.</p> <p>Criptografia AES.</p> <p>O equipamento deverá possuir, no mínimo, três níveis de acessos diferentes para gerenciamento.</p> <p>Cada setor deverá ter a capacidade de processamento não inferior a 40.000 pps (pacotes por segundo), podendo ser utilizada a soma de processamento dos setores sobrepostos.</p> <p>Permitir atualizações do equipamento através de software.</p> <p>Possuir certificado de ISO-9001.</p>			
02	<p>EQUIPAMENTO DE TRANSMISSÃO PARA ENLACE AÉREO – PONTO MULTIPONTO</p> <p>Deverá ser compatível com a Estação Radio Base descrita nesta especificação;</p> <p>Deverá suportar taxa de dados de no mínimo 6 Mbps data rate;</p> <p>Deverá permitir atualização de taxa de dados de ate 54 Mbps data rate;</p> <p>Deverá possuir uma interface Ethernet 10/100 Base T Full Duplex, com conector RJ-45;</p> <p>Deverá reter a configuração mesmo após desligamento, “reset” ou falha na alimentação;</p> <p>Deverá operar com apenas uma única antena para transmissão e recepção;</p> <p>Deverá operar em toda a faixa de freqüência de 5.4Ghz ou 5.8Ghz de</p>	04	3.700,00	14.800,00

<p>acordo com resolução 365 da Anatel. . Mesmo durante a comutação RF.</p> <p>Deverá ter suporte a aplicações em tempo real “ RTP/RTCP” (por ex. Vídeo);</p> <p>Deverá possuir fonte de alimentação bivolt automática (110/220V);</p> <p>Deverá apresentar um MTBF maior ou igual há 10 anos;</p> <p>O equipamento <i>indoor</i> (se aplicável) deverá atender sua respectiva especificação de desempenho sem qualquer prejuízo de suas funções, entre as seguintes condições de temperatura e umidade: 0° a 40° C, 10 a 95 %;</p> <p>O equipamento <i>outdoor</i> (se aplicável) deverá atender sua respectiva especificação de desempenho sem qualquer prejuízo de suas funções, entre as seguintes condições de temperatura e umidade: -20° a 55° C, 10 a 95 %;</p> <p>Deverá ser totalmente transparente a qualquer protocolo (por ex.: IP, TCP, UDP, SMTP, TELNET, SNMP, HTTP, FTP, TFTP, etc.);</p> <p>O equipamento deverá operar com o EIRP Maximo permitido pela ANATEL com antena direcional.</p> <p>Os equipamentos de rádio deverão apresentar dispositivos(s) de proteção contra descargas elétricas atmosféricas, embutidos ou externos. ;</p> <p>A lista de materiais para instalação do equipamento deverá incluir os cabos referentes à alimentação dos equipamentos e materiais para aterramento;</p> <p>A lista de materiais para instalação do equipamento deverá incluir as ferragens para a fixação do rádio outdoor e das antenas, quando aplicável;</p> <p>A lista de materiais para instalação do equipamento deverá incluir os cabos e conectores referentes à interligação entre as unidades indoor e a outdoor do rádio, quando aplicável, bem como os cabos e conectores necessários para a interligação da unidade outdoor com a antena, quando aplicável.</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte do Padrão IEEE 802.1q e IEEE 802.1p;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos FTP e TFTP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos SMTP e HTTP</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte do protocolo SNTP;</p> <p>O equipamento deverá permitir o transporte dos protocolos UDP e TCP;</p> <p>O equipamento deverá ter consumo máximo de 35W;</p> <p>A unidade remota deverá permitir configuração da taxa máxima de transmissão de pacotes (MIR) e garantia de banda mínima (CIR) por Terminal, e por sentido (“<i>upstream</i>” e “<i>downstream</i>”), , integrado ou utilizando equipamento externo.</p> <p>O equipamento deverá permitir priorização de pacotes baseado no padrão IEEE 802.1p;</p> <p>O equipamento deverá possuir capacidade de envio de SNMP traps;</p> <p>O equipamento deverá possuir no mínimo 6 tipos de modulação diferentes;</p> <p>O equipamento deverá suportar download da configuração de um TFTP Server.</p> <p>O equipamento deverá possuir espaçamento de canais de 10Mhz e 20Mhz.</p>			
--	--	--	--

	<p>O equipamento deverá possuir controle para limitação de multicast e broadcast Embutido ou utilizando equipamento externo.</p> <p>O equipamento deverá possibilitar o recebimento de IP via DHCP ou IP fixo</p> <p>Criptografia AES.</p> <p>O equipamento deverá possuir, no mínimo, três níveis de acessos diferentes para gerenciamento.</p> <p>Indicadores: Barra de Display LED ou audível para apontamento.</p> <p>Deverá possuir certificado de ISO-9001.</p>			
03	<p>RÁDIO PONTO A PONTO</p> <p>Faixa de Frequência: 5725 a 5850 GHz;</p> <p>Largura de Canal: 10,20 e 40 MHz;</p> <p>Método de Acesso: TDD;</p> <p>O equipamento devesa operar com o maximo de EIRP permitido pela ANATEL.</p> <p>Tecnologia de Transmissão: OFDM;</p> <p>Modulação: BPSK, QSPK, 16 QAM, 64QAM;</p> <p>Opção de Modulação Adaptativa;</p> <p>Taxa de Dados: 108 Mbps;</p> <p>Interface de Radio: Conector Tipo N Fêmea 50 Ohms;</p> <p>Criptografia: WEP 128 bits e AES 128 bits;</p> <p>Analizador de Espectro;</p> <p>Throughput mínimo: 60 Mbps por link com largura de canal de 40MHz;</p> <p>Protetor de Surto integrado ou externo ;</p> <p>Equipamento outdoor que atenda a norma IP67.;</p> <p>Métodos de Segurança: Controle de MAC, Filtro IP para Gerenciamento;</p> <p>Alimentação Elétrica: 110/220 v;</p> <p>Temperatura de Operação: IDU: 0° a 40°C, ODU -40°C a 55°C;</p> <p>Umidade de Operação: 5 a 95% não condensada;</p> <p>Sistema de Gerenciamento baseado SNMP com software proprietário e telnet;</p> <p>Priorização de trafego por DSCP, Procedência de IP, Porta UDP ou TCP;</p> <p>Suporte a VLAN baseado no IEEE 802.1q;</p> <p>Possibilidade de Upgrade de software via FTP e TFTP;</p> <p>Upload/Download de configuração via FTP e TFTP;</p> <p>DHCP Cliente;</p> <p>Possibilidade configuração automática de Canais;</p> <p>Possibilidade de configuração de VLAN ;</p> <p>Conector de RF Tipo N;</p> <p>O equipamento deverá possuir controle para limitação de multicast e broadcast Embutido ou utilizando equipamento externo.</p>	02	12.000,00	24.000,00

	O equipamento deverá possuir configuração/limitação de modulação multicast específica.				
				TOTAL	55.300,00

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA
- ESTADO DA BAHIA -

CONTRATO N° 1 05 /2009

Contrato que entre si fazem, de um lado, a **FUNDAÇÃO CULTURAL MUNICIPAL EGBERTO TAVARES COSTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CGC/MF sob o n° 07.520.940/0001-50**, com sede na Rua Itacarambi, s/n, Muchila I - Feira de Santana-Ba, representada pelo Sr. Dir. Augusto César P. Orrico, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, _____, estabelecida na _____ n° _____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no **CNPJ/MF sob n° _____**, através do seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF n° _____, denominada **CONTRATADA**, observada a **LICITAÇÃO N° 128/2009 e CONVITE N° 045/2009**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1.1 - Constitui objeto do presente contrato:

Aquisição com instalação de equipamentos de comunicação para viabilizar o Projeto da Cidade Digital – Internet Banda Larga.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 - A **CONTRATADA** se obriga a prestar os serviços constantes na cláusula primeira no prazo de até 10 (dez) dias, após liberação da ordem de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O preço total estimado a ser pago a Contratada é de: **R\$ _____** (_____), observada a seguinte forma de pagamento: O pagamento será de até 10 (dez) dias após o atesto da execução do serviço.

3.2 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos, inclusive os relacionados à mobilização de mão-de-obra e materiais necessários à efetivação dos serviços, manutenção, obrigações trabalhistas e sociais.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS FINANCEIROS

4.1 - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária da **FUNDAÇÃO CULTURAL MUNICIPAL EGBERTO TAVARES COSTA – ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52 – ATIVIDADE: 2047 - FONTE 00.**

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Observar fielmente as cláusulas e condições estipuladas por força deste instrumento;

5.2 - Proceder o pagamento devido, no prazo e condições estabelecidos, respeitadas, inclusive, as normas pertinentes a reajustamentos e atualizações monetárias, estas nas hipóteses de eventuais atrasos no adimplemento das obrigações.

5.3 - Certificar, tempestivamente, se os serviços a serem executados obedecem as condições contratuais estipuladas;

5.4 - Oferecer a Contratada todas as informações e condições indispensáveis ao pleno e desembaraçado cumprimento da prestação e ela contratualmente imposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Observar fielmente as cláusulas e condições estipuladas por força deste instrumento.

6.2 - É de inteira responsabilidade da Contratada a execução dos serviços objeto deste contrato, não podendo ela eximir-se, ainda que parcialmente, sendo ainda de sua responsabilidade, toda mão-de-obra necessária a execução dos trabalhos, utilizando pessoal selecionado e habilitado, além de material necessário a efetivação dos serviços.

6.4 - Responder pelos danos causados, diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.5 - Durante a vigência deste contrato, a Contratada garante o perfeito funcionamento dos serviços aqui contratados e se compromete a eliminar eventuais erros, sem ônus para a Contratante.

6.6 - Todas as despesas concernentes ao pessoal, como salário, obrigações trabalhistas e sociais são por conta da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - PARALISAÇÕES

7.1 - A Contratada responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações e atrasos na execução do objeto do presente contrato, exceto os decorrentes de força maior ou de ordem expressa da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O descumprimento das condições ora ajustadas, que impliquem inexecução total ou parcial deste instrumento, ensejar-lhe-á, conforme o caso, rescisão administrativa, amigável ou judicial, observadas as situações típicas, as condutas, as cautelas, as conseqüências e os direitos assegurados a Administração, conforme a legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS

9.1 - Sem prejuízo no disposto na cláusula oitava do presente contrato, aplicar-se-á a Contratada, no caso de infração as obrigações aqui contidas, multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

10.1 - Serão sempre observadas as instruções governamentais para o caso de reajustamento.

CLÁUSULA DÉCIMA- PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Os tributos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da execução dos serviços, serão da exclusiva responsabilidade da Contratada.

11.2 - Aos casos omissos será aplicada a Lei Estadual nº 9.433/2005, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA- SEGUNDA - FORO

12.1 - É eleito o foro da comarca de Feira de Santana, para conhecer e decidir quanto aos litígios que possam decorrer da execução deste contrato.

E por estarem as partes justas e acordes, firmam este instrumento em 03 (três) vias, para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas adiante nomeadas, maiores, idôneas e capazes, sendo uma via para a Contratada, uma para a Contratante e uma para o Registro Legal.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL MUNICIPAL EGBERTO TAVARES COSTA

CONTRATADA

Testemunhas:
